

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária do 7º Período Ordinário da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos vinte dias do mês de maio do ano dois mil e vinte, sob a Presidência do vereador Joanyr da Rocha Estumano, teve lugar a Sessão em forma do sistema virtual, criado através da Resolução nº 001/20, de 30 de abril de 2020, que estabelece a adoção do Plenário Virtual, enquanto durar o período de isolamento social imposto pelas autoridades de saúde, devido ao COVID-19. A seguir foi feita a chamada dos vereadores, são eles: Marcelo Augusto Andrade Sarubbi, Joseane de Oliveira Seixas, Antônio Odinélio Tavares da Silva Junior, Arnaldo de Oliveira Gemaque, Francisco Azevedo Pereira, Marta Monteiro Godinho, José Maria Calderaro Filho, Manoel José da Cruz Malcher e Raimundo Tomé de Oliveira Wanzeler e Carmela Lucia Teixeira da Costa. Ausentes os vereadores: Ana Cleyde Tavares Batista Filha, Rafael Tavares Costa, Ivalter Barbosa Cardoso Filho e Edivaldo Jorge Castro de Souza. Todos com ausências justificadas. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão remota, dizendo aos vereadores que a ata será apreciada na próxima sessão. Ato contínuo, o Sr. Presidente convidou o vereador Manoel Malcher, para ocupar a 1ª Secretária, na ausência da titular. A seguir solicitou ao 1º secretário designado que procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, da qual constou do seguinte: Projeto de Lei nº 015/2020, Abre crédito Adicional Especial ao Orçamento 2020 do Município e atualiza as Leis Municipais nº 9.161/2017 e 9.299/2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias respectivamente, conforme o Art. 43 da Lei 4.320/1964 e Art. 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988, com alterações através das Emendas Modificativas nrs. 001 e 002/20; Projeto de Lei nº 012/20, que Altera a redação do § 2º do Artigo 1º, da Lei Municipal nº 9.337 de 20 de fevereiro de 2020. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra as Senhoras e aos Senhores vereadores. Com a palavra o vereador Manoel Malcher requereu dispensa de interstício, para efeito de 1ª, 2ª e última discussão e redação final os Projetos de Leis nrs. 012 e 015/20, lidos no expediente da sessão de hoje. Não havendo nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Líderes Partidários. Com a palavra o vereador Arnaldo Gemaque, disse que participou do vídeo conferencia do comitê de risco, onde teve a oportunidade de fazer algumas colocações a respeito do combate ao COVID-19. Disse que o enfermeiro Carlos Beta sugeriu um decreto que o

prefeito deverá baixar, com algumas restrições, em relações aos caminhões que transportam produtos agrícolas da área do planalto, limitando o numero de pessoas, assim como as embarcações da zona rural. Acrescentou ainda o nobre vereador que alguns membros do comitê são favorável ao lockdown, outros não. Disse ainda o nobre vereador que sugeriu a paralisação do comercio total entre 4 e 5 dias, depois seria reaberto reduzindo a carga horária. Disse que foi bastante proveitosa a reunião do comitê de risco através do vídeo conferencia. Em aparte a vereadora Josy Seixas, disse ser viável passar essas informações, já que a sessão está ao vivo. Continuando a nobre vereador pergunto se foi tratado sobre o abastecimento de medicamentos em todas as unidades de saúde, que serve de combate a pandemia do Coronavírus, inclusive que seja doado as famílias carentes, quando o médico prescreve. Parabenizou a população que está fazendo sua parte, ou seja, usando máscaras, mais ainda existe pessoas sem mascarar nas vias publicas o que é preocupante. O vereador Arnaldo respondeu que não estava na pauta daquela reunião a questão dos medicamentos nas UBS's e no hospital municipal. Disse que foi falado também na paralisação das obras, tanto particular como do município, atividades esportivas nas quadras e nos campos de futebol, que ainda existe pessoas praticando. Falaram ainda sobre a questão dos taxistas e mototaxista. Em relação ao fechamento do comercio ficou de o comitê decidir junto com quem de direito. A seguir fez uso da palavra o vereador Zequinha Calderaro, disse que vem acompanhando todos os dias o boletim informativo sobre os casos do COVID-19, em Oriximiná, onde observou que num prazo curto de 12 dias elevou de 19 a 63 casos, o que é preocupante, dai a necessidade do comitê jurídico tomar as devidas providencias sobre o fechamento do comercio, não pode se alongar, até porque se tratar de saúde pública. Em relação a associação comercial, disse que a mesma não pode responder por todos os comerciantes, até porque nem todos são sócios. Agora é preciso avisar os comerciantes com antecedência, para eles não serem pegos de surpresa, só assim eles vão se organizar em todos os aspectos. Disse ainda que se faz necessário uma ampla divulgação sobre esta questão. Em aparte o vereador Arnaldo Gemaque, disse que o enfermeiro Carlos Bêta propôs o fechamento de 15 dias, no que acha muito longo esse período. Por esta razão que o comitê ficou de decidir esse assunto em outra ocasião, inclusive com o aval jurídico. Em aparte a vereadora Josy Seixas, disse achar 15 dias muito longo. Citou como exemplo o prefeito de Santarém vai fechar por 5 cinco dias o comercio, inclusive houve até manifestação naquele município. Agora é preciso que todos os municípios circunvizinhos tomem o mesmo posicionamento, até porque, a maioria dos pacientes do COVID-19, são levados para o regional ou para o hospital da campanha de Santarém. Continuando o vereador Zequinha, disse que todos os municípios do Pará, segundo especialistas estão em linha reta da contaminação do Coronavírus. Disse ainda que se faz

necessário a população tomar conhecimento que a Câmara não parou durante essa quarentena e que todos os vereadores estão trabalhando para ajudar o executivo e demais órgãos no combate ao COVID-19. Finalizou o vereador Zequinha fazendo um apelo à população quem puder ficar em casa e quem não puder, que use mascarar e álcool em gel ou 70. Em seguida fez uso da palavra o vereador Francisco Azevedo, disse ser louvasse a preocupação da vereadora Josy, em relação ao abastecimento de medicamento durante essa pandemia, inclusive são remédios caros que famílias carentes não tem condições de comprar, daí a necessidade de o município fazer a doação. Parabenizou a população que está fazendo sua parte, usando máscaras. Em relação ao fechamento do comércio, disse que mesmo nem todos os comerciantes serem sócios, mas é preciso discutir este assunto com a associação comercial. Citou como exemplo as embarcações, que fazem linha para Santarém, reduziram suas viagens. Em aparte o vereador Zequinha, disse que foi por força de decreto, acrescentando que é dessa forma que deve ser feito com o comércio. Continuando o vereador Quinho, disse concorda que seja fechado o comércio parcialmente e que seja comunicado os comerciantes com antecedência, para não serem pegos de surpresa. Em aparte a vereadora Marta, inicialmente manifestou sua solidariedade as famílias que perderam seus entes queridos. Em relação ao fechamento do comércio, disse que tem comerciante preocupado com as despesas dos mesmos. Disse ser favorável que tal fechamento seja parcial e não total. Finalizou pedindo a bênção e proteção de Deus a todos. A vereadora Josy, disse que é preciso passar a população que é válido fazer esse sacrifício do fechamento do comércio parcial, inclusive tem comerciantes que já se manifestaram favoráveis. Em relação as embarcações, disse que foi louvável a ação dos proprietários em reduzir as viagens para Santarém. O vereador Quinho finalizou pedindo a proteção divina a todos. A seguir fez uso da palavra o vereador Raimundo Tomé, dizendo manifestaram que esteve atento aos vereadores que lhe antecederam, onde suas preocupações aos casos do COVID-19, em nosso município, que aumentou assustadoramente, em pouco dias. Em relação ao fechamento do comércio, disse que vai causar reação, mais deve ser avaliado o que é mais valioso a vida ou a parte financeira. Disse que todos os vereadores estão fazendo sua parte em ajudar em tudo que vier para combater esse vírus. Falou o nobre vereador do trabalho ardo dos médicos e demais profissionais da área da saúde no hospital municipal e os demais órgãos que estão nas vias públicas na linha de frente do combate ao COVID-19. Em aparte o vereador Arnaldo, disse que no seu ponto de vista o fechamento do comércio parcialmente vai diminuir a contaminação do vírus, não vamos ficar totalmente imunes, mais vai ajudar bastante. Finalizou o vereador Tomé, parabenizando todos os profissionais que estão 24 horas à frente do combate ao COVID-19. Com a palavra o vereador Ludugero Junior, falou das sessões remotas, acrescentando ser louvável que esta sessão

esta sendo transmitida ao vivo, para mostrar a população que a câmara na parou suas atividades, que os vereadores estão trabalhando para ajudar o executivo e demais secretarias que estão trabalhando no combate ao coronavírus. Citou como exemplo o projeto de lei que vai ser aprovado nesta sessão, que versa sobre abertura de créditos adicional especial, que será destinado as secretarias de saúde, educação e assistências social. Em relação ao fechamento do comercio, disse ser favorável que seja parcialmente, até porque deve ser priorizado a vida e não a questão financeira. Acredita que essa questão será discutida com as partes interessadas que vão chegar ao concesso. Acrescentou ainda o Edil que se faz necessário sim o amparo jurídico no fechamento do comercio, até porque existe serviços essenciais que devem ser diferenciados. Em se já foi aparte o vereador Manoel Malcher, falou em relação ao abastecimento dos medicamentos no combate a esse vírus. Acrescentando que segundo informações da Dra. Marcia, tinha 300 kits, gostaria de saber do comitê se já foi comprador mais Kits de tais remédios. Retomando a palavra o vereador Ludugero Junior, disse que existem comentários nas redes sociais que o município recebeu mais de sete milhões do governo federal o que não é verdade, infelizmente ainda não caiu na conta do município tal valor. Disse ainda que Oriximiná até a presente data não teve perdas financeiras para pagar os funcionários e nem fez exoneração, porque tinha reservas de recursos. Em aparte a vereadora Josy Seixas, disse que essa informação é de suma importância levar ao conhecimento da população, de que não recebeu o recurso prometido pelo governo federal no combate ao COVID-19. Espera que tal recurso chegue aos municípios antes de passar essa pandemia. Retomando a palavra o vereador Ludugero Junior, finalizou o vereador Arnaldo pela participação ativa no comitê de risco, como também todos que estão trabalhando na linha de frente no combate a esse vírus. Não havendo mais nenhum líder que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente, solicitou a aquiescência do Plenário, para dispensa do Intervalo regimental de quinze minutos. Obtido a aquiescência do Plenário, o Sr. Presidente passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando ao 1º Secretário, que procedesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Manoel Malcher. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido para efeito de 1ª, 2ª e ultima discussão e redação final o Projeto de Lei nº 015/2020, Abre crédito Adicional Especial ao Orçamento 2020 do Município e atualiza as Leis Municipais nº 9.161/2017 e 9.299/2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias respectivamente, conforme o Art. 43 da Lei 4.320/1964 e Art. 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988, com alterações através das Emendas Modificativas nrs. 001 e 002/20. Com a palavra o vereador Zequinha, falou sobre a emenda que foi apresentada pela comissão de Constituição e Justiça, retirando a data retroativa do referido

Projeto, assim como foi apresenta uma emenda da comissão de economia, todas aprovadas na sessão anterior com os respectivos pareceres. O vereador Raimundo Tomé, falou da emenda modificativa que fez no projeto em relação a valores. Dito Projeto de Lei, posto em votação, foi aprovado por unanimidade, com as respectivas emendas. Lido e submetido para efeito de 1ª, 2ª e última discussão e redação final o Projeto de Lei nº 012/20, que Altera a redação do § 2º do Artigo 1º, da Lei Municipal nº 9.337 de 20 de fevereiro de 2020. Dito Projeto de Lei, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Esgotadas as matérias em pauta para discussão e votação, o Sr. Presidente passou a Segunda Parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra o vereador Zequinha, esclareceu a população que os vereadores vão se reunir na próxima terça e quarta-feira, quando acontecerá as sessões ordinárias, mais se for preciso sessão extraordinária, que não é remunerada, todos os vereadores estão dispostos a ajuda o executivo em tudo que vier em prol da população, principalmente no combate ao COVID-19. Finalizou fazendo um apelo a população que puder ficar em casa, que fique em casa, os que não puder, que saiam com a proteção e a higienização necessária. Com a palavra o vereador Arnaldo Gemaque, solicitou ao presidente da Casa, que comunique oficialmente ao Comitê de risco sua participação. Finalizou apelando a população que fique em casa. A vereadora Marta, disse que além do COVID-19, existe outras doenças na zona rural, destacando as comunidades do Sapucaá e Macedônia, onde teve informações de comunitários doente de dengue dentre outras doenças, o que é preocupante. Então não é o momento de fazerem politicagem e sim, juntas forças para combater esse vírus maldito. O vereador Quinho pedindo a benção e a proteção divina a todos. O vereador Joanyr Estumano, disse que todos os vereadores estão preocupados e atentos a essa pandemia que está afetando, principalmente o nosso município. Pediu a benção de Deus a todos, Finalizou fazendo um apelo à população oriximinaense que fique em casa. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra o Sr. Presidente agradeceu a todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para a próxima terça feira, no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, _____, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário